



PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC) 2025 - 2026



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DA BAHIA



Histórico de revisões

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO
22/11/2024	1.0	Versão inicial: Equipe PDTIC
27/11/2025	1.1	Revisão do PDTIC 2025-2026



Sumário

1	Introdução.....	4
2	Fundamentação Legal e Alinhamento Normativo.....	5
3	Estrutura organizacional de TIC.....	7
4	Metodologia.....	9
5	Direcionadores Estratégicos	11
2.1	Alinhamento Estratégico.....	11
2.2	ENTIC-JUD 2021-2026.....	13
2.3	ENSEC PJ	14
2.4	Plano Estratégico do TJBA 2021-2026.....	15
2.5	Plano de Gestão TJBA – Biênio 2024-2026.....	15
2.6	Plano de Transformação Digital.....	17
2.7	Mapa Estratégico da SETIM	18
6	Ações	20
7	Capacitação dos Servidores da SETIM.....	28
8	Contratações de TIC.....	29
9	Indicadores e Monitoramento.....	30
10	Gestão de Riscos	31
7.1	Fatores de Riscos do PDTIC	32
8	Considerações Finais.....	35

Índice de Figuras

Figura 1: Organograma da SETIM.....	7
Figura 2: Metodologia aplicada no desenvolvimento do PDTIC 2025-2026.....	10
Figura 3: Alinhamento Estratégico do TJBA.....	12
Figura 4: Plano de Gestão 2024/2026.....	16
Figura 5: Objetivos Estratégicos da SETIM.	19



Índice de Quadros

Quadro 1: Perspectivas e Objetivos Estratégicos.....	14
Quadro 2: Domínios dos Viabilizadores da Governança de TIC.....	14
Quadro 3: Objetivos ENSEC-PJ.....	15
Quadro 4: Iniciativas do Plano de Gestão 2024-2026 atribuídas à SETIM.....	17
Quadro 5: Pilares da Transformação Digital.....	18
Quadro 6: Ações do Plano Diretor de TIC.....	27
Quadro 7: Fatores de Riscos do PDTIC.....	34



1 Introdução

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2025–2026 do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) estabelece a coordenação das ações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito institucional. Trata-se de um instrumento direcionador que visa promover a integração entre a gestão da TIC e o planejamento estratégico do Tribunal, assegurando que os investimentos e iniciativas tecnológicas sejam conduzidos de maneira coerente, transparente e orientada a resultados.

Esta revisão do PDTIC 2025–2026 foi elaborada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM), sob orientação da Comissão Especial de Informática (CEI), observando as diretrizes e políticas que regem a atuação tecnológica no Poder Judiciário. Adicionalmente, o alinhamento normativo entre os planos, como o PTD e PDA, foram evidenciados neste Plano, o qual encontra-se em conformidade com os principais referenciais estratégicos aplicáveis à gestão de TIC no âmbito do Poder Judiciário, conforme é detalhado no capítulo 2.

Ao definir as prioridades e metas da área de TIC para o biênio 2025–2026, este plano busca equilibrar inovação, eficiência e alinhamento estratégico, garantindo que os esforços tecnológicos estejam direcionados para otimizar processos, ampliar a entrega de valor e sustentar os objetivos institucionais. O PDTIC consolida-se, portanto, como instrumento estruturante da governança tecnológica e vetor indispensável para o avanço da transformação digital no Tribunal de Justiça da Bahia.



2 Fundamentação Legal e Alinhamento Normativo

Esta revisão do PDTIC 2025–2026 do TJBA está amparada em um conjunto de normas, diretrizes estratégicas e boas práticas de governança e gestão que asseguram sua conformidade legal, metodológica e institucional.

Esse arcabouço normativo estabelece os fundamentos que orientam o planejamento, a execução e o monitoramento das ações de TIC, assegurando que a tecnologia atue de forma integrada à estratégia do Tribunal e em consonância com as políticas nacionais do Poder Judiciário.

A principal diretriz nacional é a Resolução CNJ nº 370/2021, que institui a ENTIC-JUD 2021-2026. Essa Resolução define os princípios, objetivos estratégicos e eixos estruturantes da governança tecnológica, determinando que cada órgão do Judiciário elabore seu próprio PDTIC, de modo alinhado às orientações nacionais e às metas institucionais.

Em seus artigos 21 a 23, a referida Resolução também reafirma a necessidade de uma estrutura organizacional de TIC compatível com os macroprocessos de governança, gestão, segurança da informação, desenvolvimento e infraestrutura tecnológica, assegurando que as atividades da área estejam integradas ao processo de gestão estratégica.

De forma complementar, a Estratégia Nacional de Segurança do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) define as diretrizes para a proteção da informação, da infraestrutura tecnológica e dos dados pessoais no âmbito judicial, consolidando o compromisso com a segurança cibernética e a conformidade legal, especialmente em relação à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD). O PDTIC do TJBA observa essas diretrizes, garantindo que a segurança e a proteção de dados sejam princípios transversais a todas as suas ações.

No contexto interno, o PDTIC 2025–2026 está diretamente alinhado aos seguintes instrumentos estratégicos do TJBA:

- a) Plano Estratégico do TJBA 2021–2026, que define a missão, visão, valores e objetivos estratégicos institucionais, fornecendo as bases para o alinhamento da TIC às metas organizacionais e à geração de valor público;
- b) Plano de Gestão do TJBA 2024–2026, que estabelece as prioridades da atual administração e orienta a execução dos projetos estratégicos e estruturantes, servindo como referência direta para as ações tecnológicas e de inovação;
- c) Plano de Transformação Digital, que antecede o PDTIC na hierarquia de planejamento e propõe a modernização dos serviços judiciais e administrativos por meio da tecnologia, sendo o documento orientador para as iniciativas digitais, automação de processos e melhoria da experiência do usuário;



- d) Plano Diretor Anual (PDA), que contém uma definição atualizada da estrutura organizacional da SETIM e os projetos e outras ações previstas para o ano em curso.

Esses planos se complementam de forma hierárquica e integrada, compondo o encadeamento estratégico em que o PTD direciona as iniciativas tecnológicas de caráter transversal, enquanto o PDTIC detalha as ações, projetos, contratações e indicadores necessários à sua implementação e sustentação técnica. Este encadeamento de normativos e planos está representado no PTD-TJBA (2021-2026).

No campo das contratações, o PDTIC segue a Resolução CNJ nº 468/2022, que regulamenta o Plano de Contratações de TIC, instrumento obrigatório e complementar que organiza as demandas por bens e serviços tecnológicos, garantindo planejamento orçamentário, economicidade e transparência, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Sob a ótica metodológica e de boas práticas, o plano adota os referenciais do Guia de Elaboração de PDTIC do SISP (versão 2.0), reconhecido como referência para o planejamento estratégico de TIC na Administração Pública Federal.

O documento também se apoia em frameworks e normas internacionais que fortalecem a governança tecnológica, destacando-se:

- a) ISO/IEC 38500: Diretrizes para a governança corporativa de TIC;
- b) COBIT 2019: Modelo para governança e gestão de TIC, utilizado no PDTIC para o encadeamento de metas e aplicação da cascata de objetivos estratégicos;
- c) ITIL 4: Boas práticas para a gestão de serviços de TIC e melhoria contínua;
- d) ISO/IEC 27001: referência para gestão da segurança da informação, incluindo políticas, controles e riscos operacionais.

Dessa forma, a fundamentação legal e normativa do PDTIC 2025-2026 garante que o planejamento tecnológico do TJBA esteja respaldado, estruturado e estrategicamente alinhado aos instrumentos superiores de gestão e transformação institucional, contribuindo para a consolidação de uma governança de TIC eficaz, segura e orientada a resultados.



3 Estrutura organizacional de TIC

A Resolução CNJ nº 370, de 28 de setembro de 2021, em seus artigos 21 a 23, determina que os órgãos do Poder Judiciário devem adotar estrutura organizacional adequada, compatível e proporcional às suas demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

A estrutura organizacional da SETIM sofreu atualizações, em outubro de 2022, visando adequar-se à Lei Estadual nº 14.848, de 08 de setembro de 2022, a qual modificou a nomenclatura de cargos existentes e criou outros cargos comissionados tais como Diretor de Governança de TIC, Assessor de Segurança da Informação, Coordenador de Aquisição de Soluções de TIC, Coordenador de Governança de TIC, além de cargos técnicos específicos da área de Tecnologia da Informação e da Comunicação.

Embora ainda não formalizada devido ao novo Regimento Interno que não foi instituído, a estrutura organizacional proposta para a SETIM já está em operação desde outubro de 2022 e, atualmente, segue a estrutura proposta a seguir. O organograma e suas atualizações são descritos detalhadamente no Plano Diretor Anual (PDA) 2026 da SETIM. Portanto, as ações de TIC das unidades do Tribunal farão referência à nova estrutura:

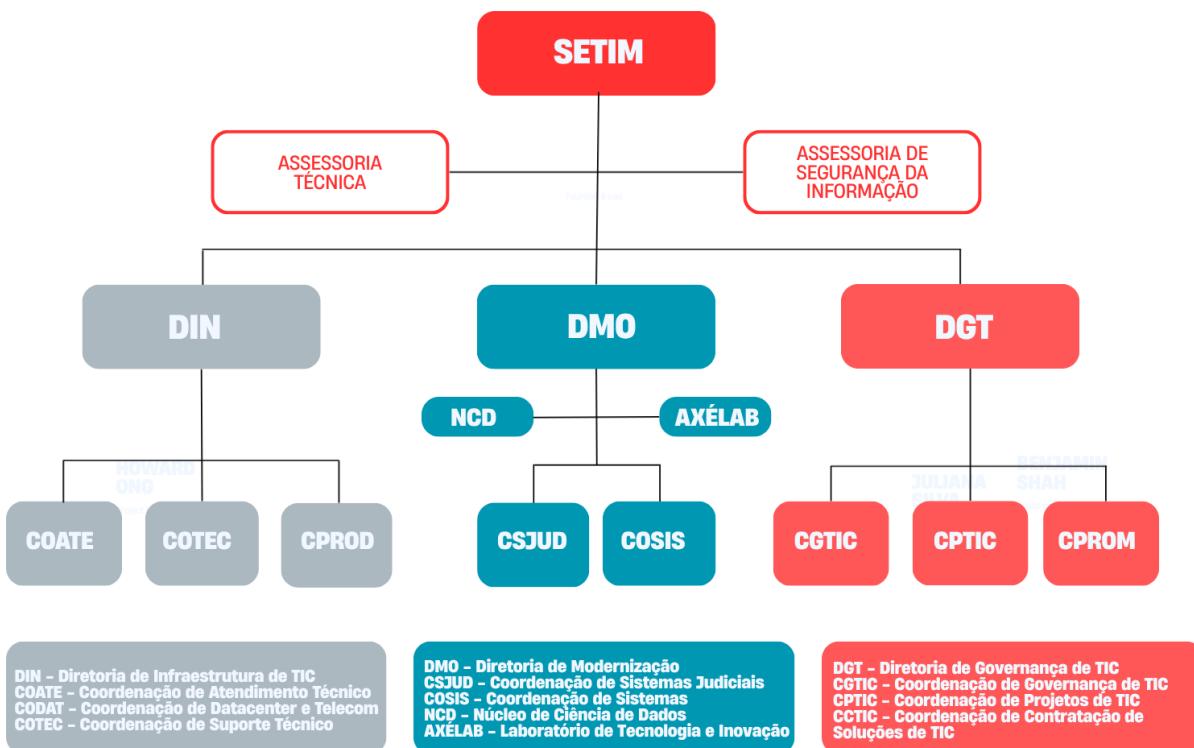


Figura 1: Organograma da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização.
Fonte: Elaborado pelos autores (2022).



Essa estrutura deve contemplar os macroprocessos essenciais de governança e gestão de TIC, abrangendo as dimensões de segurança da informação e proteção de dados, desenvolvimento e sustentação de sistemas, bem como de infraestrutura e serviços tecnológicos, de forma a assegurar uma atuação integrada, eficiente e alinhada às diretrizes estratégicas institucionais.

Em atendimento a essas determinações e em conformidade com os princípios da governança pública e da gestão estratégica da informação, o TJBA instituiu instâncias colegiadas de apoio e deliberação no âmbito da área de TIC como consta em seu Framework de Governança e Gestão de TIC.

Tais instâncias têm por finalidade subsidiar a Alta Administração na formulação, priorização e acompanhamento das ações estratégicas e operacionais de TIC, promovendo a efetiva governança tecnológica, a mitigação de riscos e o cumprimento das diretrizes nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.



4 Metodologia

A metodologia adotada para a elaboração do PDTIC 2025–2026 do TJBA foi desenvolvida com base em princípios de governança, alinhamento estratégico e participação institucional, assegurando a coerência entre as prioridades tecnológicas, às necessidades das áreas de negócio e os objetivos organizacionais estabelecidos no Plano Estratégico do TJBA 2021–2026.

O processo metodológico foi fundamentado nas orientações do Guia de PDTIC do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), versão 2.0, complementado pelas diretrizes da ENTIC-JUD, da ENSEC-PJ e da Resolução CNJ nº 468/2022, que trata do Plano de Contratações de TIC.

Esses referenciais foram combinados com boas práticas internacionais de governança e gestão, especialmente aquelas preconizadas pelo framework COBIT, utilizado para orientar a estruturação das metas e o alinhamento entre objetivos estratégicos institucionais e tecnológicos.

Nesse contexto, aplicou-se o modelo de cascata de objetivos estratégicos do COBIT, que permite a tradução sistemática das necessidades das partes interessadas (stakeholders) em metas organizacionais, metas de TIC e iniciativas operacionais, garantindo uma relação clara e rastreável entre o planejamento estratégico do TJBA e os resultados esperados na área de tecnologia.

Essa abordagem fortalece a governança de TIC, assegura alinhamento com o negócio institucional e contribui para a maturidade organizacional avaliada por instrumentos como o iGovTIC-JUD.

A elaboração do plano foi conduzida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM), sob a coordenação da Diretoria de Governança de TIC (DGT), com a participação de representantes de unidades administrativas e judiciais. Essa abordagem colaborativa possibilitou a construção de um documento que reflete, de forma fiel, as demandas estratégicas e operacionais do Tribunal, promovendo transparência e legitimidade no processo decisório.

A metodologia foi estruturada em três macro etapas sequenciais e integradas, conforme preconizado pelo Guia PDTIC SISP v2.0, a saber:

- a) Preparação: fase de planejamento e definição do escopo do trabalho, da equipe envolvida, do cronograma e dos instrumentos metodológicos utilizados. Incluiu a análise dos marcos normativos, referenciais estratégicos, planos anteriores e a definição dos critérios de priorização.
- b) Diagnóstico: etapa de análise situacional e identificação das oportunidades e desafios da TIC no TJBA. Envolveu o levantamento de necessidades junto às áreas demandantes, a avaliação de maturidade tecnológica com base no iGovTIC-JUD, e a identificação de riscos críticos.



- c) Planejamento: fase dedicada à definição dos objetivos, metas, iniciativas e indicadores, assegurando o alinhamento entre estratégia institucional e execução tecnológica. Foram elaborados o portfólio de iniciativas estratégicas, o Plano de Contratações de TIC, e o modelo de monitoramento e avaliação do PDTIC, estruturado em indicadores para acompanhamento.

Cada etapa foi devidamente documentada, revisada e validada pela equipe técnica responsável, garantindo rastreabilidade, consistência e conformidade com os padrões de governança adotados pelo Tribunal. O resultado é um plano estruturado, mensurável e aderente às boas práticas, reforçando o compromisso do TJBA com a eficiência na aplicação dos recursos, a inovação institucional e o alinhamento estratégico com atenção à hierarquia normativa dos planos mais abrangentes para os mais específicos conforme abaixo:

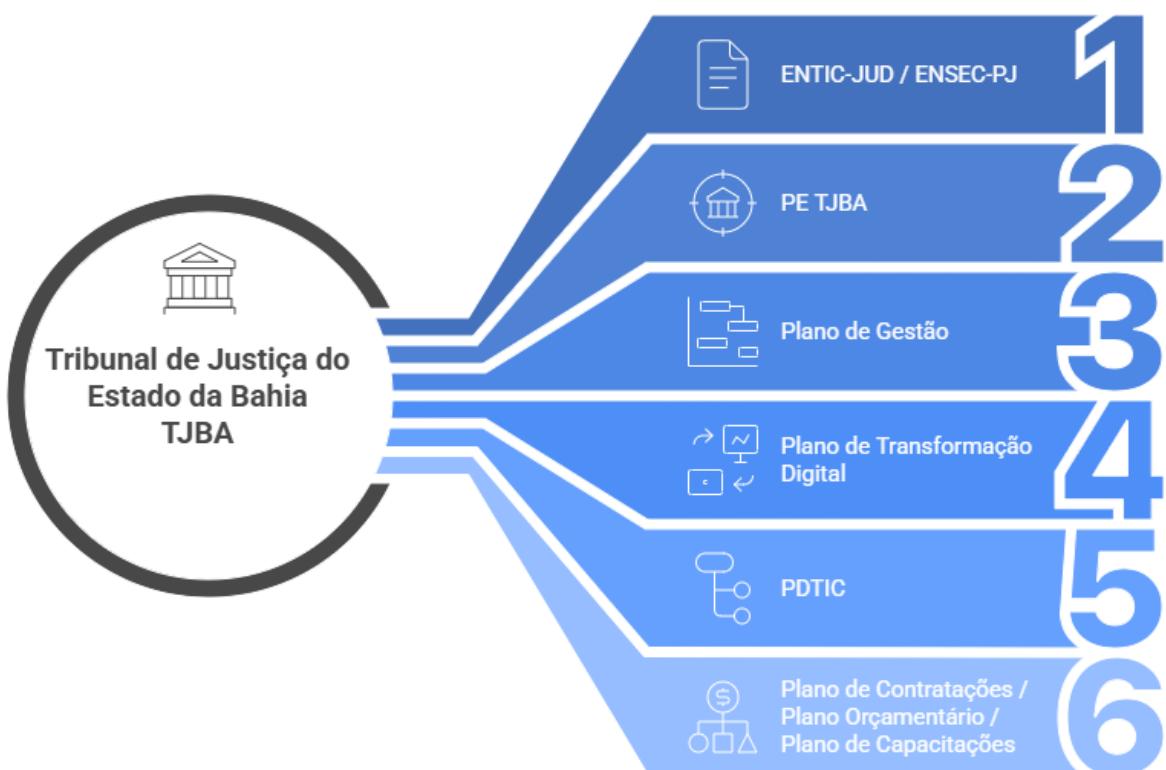


Figura 2: Metodologia aplicada no desenvolvimento do PDTIC 2025-2026.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).



5 Direcionadores Estratégicos

A SETIM exerce papel estratégico e estruturante no processo de Transformação Digital e modernização administrativa do TJBA.

Sua missão, visão e valores, compõem a identidade institucional da Secretaria, servindo como vetores orientadores da formulação e execução deste PDTIC conforme é destacado no PDA, deixando claro seu alinhamento e posicionamento estratégico.

Com base nestes norteadores, tanto o PDTIC quanto o PTD estão integrados ao Planejamento Estratégico Institucional e a SETIM consolida seu papel como agente catalisador da transformação digital do TJBA, em conformidade com as diretrizes de governança de TIC estabelecidas pelo CNJ, notadamente pela Resolução CNJ nº 370/2021 (ENTIC-JUD) e demais normativos.

2.1 Alinhamento Estratégico

O alinhamento estratégico consiste em um processo estruturado de integração e coerência institucional, cujo propósito é garantir que todas as iniciativas, projetos e recursos organizacionais estejam direcionados ao cumprimento da missão institucional e à realização da visão de futuro.

No contexto do TJBA, esse alinhamento estabelece uma conexão lógica, hierárquica e operacional entre os objetivos estratégicos, os macrodesafios institucionais, as iniciativas, as ações e as metas organizacionais, promovendo uma gestão integrada, orientada a resultados e sustentada por evidências.

Tal estrutura de interdependência assegura que as ações de TIC estejam alinhadas aos instrumentos de planejamento, como o Plano Estratégico do TJBA 2021–2026, a ENTIC-JUD 2021–2026 e o PTD do TJBA, fortalecendo a governança institucional e a entrega de valor público.

A Figura 3 ilustra graficamente esses relacionamentos e interconexões estratégicas, evidenciando o fluxo que integra objetivos, desafios, iniciativas e resultados esperados.

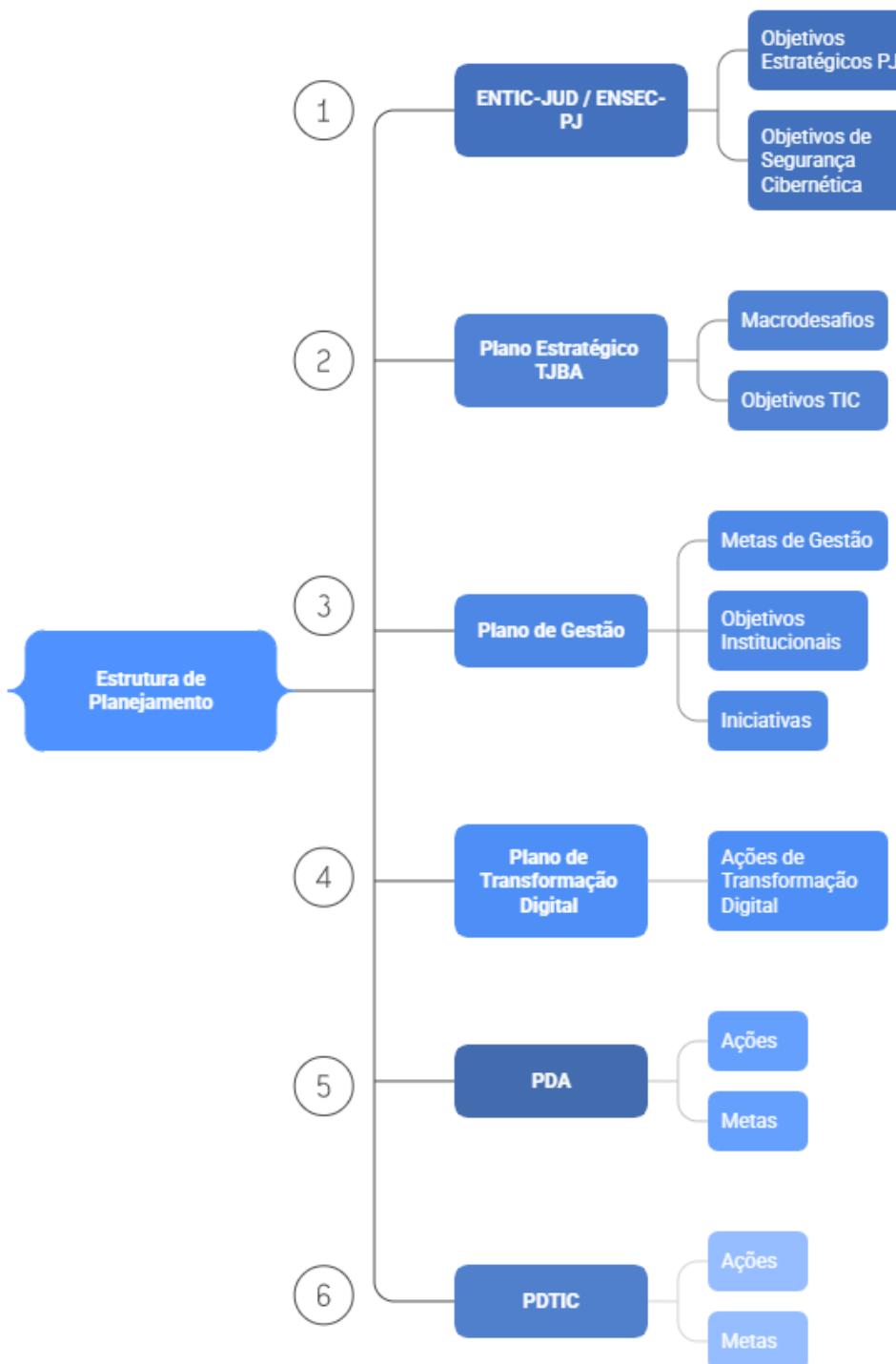


Figura 3: Alinhamento Estratégico do TJBA.

Fonte: Elaborado pela SETIM/DGT/CGTIC (2025)

As iniciativas estratégicas são os programas ou projetos desenhados para enfrentar os macrodesafios e alcançar os objetivos estratégicos. Elas traduzem a estratégia em ações concretas, sendo pontos de articulação entre o planejamento e a execução. No caso do TJBA, essas iniciativas podem incluir transformação



digital, modernização de processos, ampliação do acesso à Justiça e fortalecimento da governança.

As ações são as atividades específicas realizadas para implementar as iniciativas estratégicas. Elas representam a operacionalização da estratégia e exigem recursos financeiros, tecnológicos e humanos. Cada ação é planejada para gerar resultados mensuráveis que contribuam diretamente para o cumprimento dos objetivos e metas.

As metas, no contexto do Plano de Gestão do TJBA 2024-2026, são os indicadores quantitativos ou qualitativos que permitem avaliar o progresso em relação aos objetivos estratégicos. Elas funcionam como guias para medir a efetividade das iniciativas e ações, garantindo que os esforços estejam gerando os resultados esperados. Metas bem definidas são essenciais para monitorar o desempenho, corrigir desvios e assegurar a entrega de valor à sociedade.

2.2 ENTIC-JUD 2021-2026

A ENTIC-JUD 2021-2026, instituída pela Resolução CNJ nº 370, de 28 de janeiro de 2021, e alterada pela Resolução CNJ nº 396, de 18 de maio de 2021, estabelece as diretrizes para o fortalecimento da governança, da gestão e da colaboração tecnológica no âmbito do Poder Judiciário.

Seu objetivo central é promover a transformação digital sustentável do Judiciário brasileiro, assegurando que o uso da tecnologia esteja orientado à eficiência administrativa, à celeridade processual, à integração entre os órgãos e à entrega de valor público à sociedade.

Em consonância com essas diretrizes, o PDTIC do TJBA adota os objetivos estratégicos da ENTIC-JUD como referenciais orientadores de suas iniciativas, garantindo o alinhamento entre o planejamento nacional e o planejamento institucional de TIC.

No Quadro 1, apresentam-se os objetivos estratégicos da ENTIC-JUD considerados na elaboração deste Plano, devidamente agrupados por perspectiva, conforme a metodologia preconizada pelo CNJ.

PERSPECTIVAS		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)
Sociedade		OE1: Aumentar a satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário. OE2: Promover a Transformação Digital.
Aprendizado e Crescimento		OE3: Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores. OE4: Buscar a Inovação de forma colaborativa.
Processos Internos		OE5: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão. OE6: Aprimorar as Aquisições e Contratações.



	OE7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados.
	OE8: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas.

Quadro 1: Perspectivas e Objetivos Estratégicos.

Fonte: CNJ ENTIC-JUD 2021/2026 (2021).

Essas perspectivas serão atendidas pelo alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos, em consonância e por meio dos Viabilizadores de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, que são agrupados em dois domínios e oito temas, conforme apresentado no Quadro 2.

DOMÍNIOS DOS VIABILIZADORES	TEMAS
Governança e Gestão de TIC	Políticas e Planejamento
	iGovTIC-JUD
	Transformação Digital
	Atendimento e Suporte ao Usuário
	Estruturas Organizacionais e Macroprocessos
	Pessoas
Gerenciamento de Serviços de TIC	Sistemas de Informação
	Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados

Quadro 2: Domínios dos Viabilizadores da Governança de TIC e respectivos temas.

Fonte: CNJ ENTIC-JUD 2021/2026 (2021).

2.3 Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário – ENSEC PJ

A Resolução N° 396, de 7 de junho de 2021, instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), para concretização e estruturação dos objetivos da segurança cibernética previstos na Política de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (PSEC-PJ). A ENSEC PJ, em seu art.º 31, estabelece a necessidade de destinar os recursos orçamentários necessários. O Quadro 3 apresenta os Objetivos de Segurança (OS) da ENSEC-PJ.

OBJETIVOS ENSEC-PJ	
REFERENCIAL	OBJETIVO
OS. I	Tornar o Judiciário mais seguro e inclusivo no ambiente digital
OS. II	Aumentar a resiliência às ameaças cibernéticas
OS. III	Estabelecer governança de segurança cibernética e fortalecer a gestão e coordenação integrada de ações de segurança cibernética nos órgãos do Poder Judiciário



OS. IV	Permitir a manutenção e a continuidade dos serviços, ou o seu restabelecimento em menor tempo possível
--------	--

Quadro 3: Objetivos ENSEC-PJ.

Fonte: CNJ ENSEC PJ (2021).

Os objetivos estratégicos são declarações amplas que definem os principais resultados a serem alcançados pela instituição. Eles traduzem a visão e a missão do TJBA em metas tangíveis que orientam todas as atividades, promovendo melhorias nos serviços judiciais e administrativos.

2.4 Plano Estratégico do TJBA 2021-2026

O Plano Estratégico do TJBA 2021-2026, estabelece, em conformidade com o Mapa Estratégico do CNJ, um conjunto de 12 macrodesafios para o período conforme consta no PTD.

De acordo com o Plano Estratégico do TJBA 2021-2026, os macrodesafios, se desdobram em objetivos estratégicos, os quais são referenciados nas ações de TIC do capítulo 6. É importante destacar que nem todos os macrodesafios são contemplados devido à sua temática, sendo pertinentes apenas aqueles relacionados aos macrodesafios de TIC.

Os macrodesafios institucionais representam os grandes temas estratégicos que demandam atuação prioritária e coordenada para o alcance dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário.

Constituem-se em questões estruturantes que orientam a formulação de políticas, planos e projetos, visando enfrentar de forma sistêmica os principais entraves à modernização, à transformação digital e à eficiência dos serviços judiciais e administrativos.

Esses macrodesafios também estão alinhados às diretrizes nacionais estabelecidas pela ENTIC-JUD 2021-2026, refletindo os principais pontos de atenção e oportunidades de melhoria para o aprimoramento contínuo da prestação jurisdicional e da gestão administrativa no âmbito do TJBA.

2.5 Plano de Gestão TJBA – Biênio 2024-2026

Ao iniciar-se um novo ciclo de gestão do TJBA, em fevereiro de 2024, foi elaborado o Plano de Gestão para o biênio 2024-2026, sendo aprovado pela Mesa Diretora em março de 2024. O Plano de Gestão define, para o período, o programa “Abrindo Caminhos”, que contém um conjunto de diretrizes alinhadas com as diretrizes do CNJ, com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal e com o Plano Estratégico do TJBA 2021-2026. Foi definido um conjunto de eixos temáticos para a transparência da conexão entre o PPA e os demais instrumentos de planejamento, conforme apresentado na Figura 4.



Figura 4: Plano de Gestão 2024/2026.

Fonte: Elaborado pelo pessoal da SEPLAN (2024).

O Plano de Gestão para o Biênio 2024-2026 inovou, trazendo o conceito de iniciativas como ações a serem executadas para atender aos objetivos estratégicos, conforme o Plano de Gestão para 2024-2026. As iniciativas a cargo da SETIM são descritas no Quadro 4.

PLANO DE GESTÃO 2024-2026 TJBA		ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
INICIATIVA	OBJETIVO	
Potencialização da Rede WIFI	Acesso aos sistemas de TI facilitado para as unidades remotas	OE8
Aplicação de IA no Robô HAIÁ	Aumentar a produtividade	OE2
Audiência Inteligente	Aumentar a produtividade	OE1, OE2
Implantar plataforma de inovação	Estimular a cultura de inovação organizacional	OE2
Revisão e automatização dos fluxos do PJE	Diminuir os tempos das tramitações processuais	OE1
Uso de IA para resumir petições	Aumentar a produtividade	OE1, OE2



Ampliar uso de aplicações mobile	Proporcionar um acesso mais rápido, prático e transparente à Justiça	OE1
ERP Gestão - Módulo RH	Modernização do sistema de RH	OE8
Identificação de demandas repetitivas ou predatórias	Aumentar a produtividade	OE1
Implantar mecanismos inovativos para agilizar a prestação jurisdicional	Aumentar a produtividade dos magistrados e diminuir o tempo médio de julgamento dos processos	OE1, OE2
Implantar nova solução para Sistema Administrativo - SEI	Melhoria da eficiência operacional	OE8
Estruturar uma Rede Social de Habilidades	Entregar uma plataforma dinâmica, na qual magistrados, servidores, estagiários e demais colaboradores possam compartilhar suas habilidades e conhecimentos	OE3
Realizar capacitação tecnológica com as lideranças	Buscar, com a adesão dos gestores às trilhas, o estímulo à inovação em curto e médio prazo	OE2, OE3
Painel de Gestão Integrado	Dar ferramenta para os gestores para identificar pontos de gargalos	OE5

Quadro 4: Iniciativas do Plano de Gestão 2024-2026 atribuídas à SETIM.

Fonte: Elaborado pelo pessoal da SETIM (2024).

2.6 Plano de Transformação Digital

O PTD do TJBA tem como finalidade orientar, de forma estratégica e integrada, as ações voltadas à transformação digital dos serviços jurisdicionais e administrativos, em conformidade com a Resolução CNJ nº 370/2021, que institui a ENTIC-JUD. Estruturado em quatro eixos — transformação digital de serviços, integração de canais digitais, interoperabilidade de sistemas e estratégia de monitoramento — o PTD busca assegurar que os serviços prestados pelo Tribunal sejam progressivamente mais acessíveis, eficientes e centrados no cidadão. Alinhado ao Plano Estratégico 2021-2026, ao Plano de Gestão 2025-2026 e ao PDTIC, o PTD consolida a visão institucional de um Judiciário baiano moderno, sustentável, inovador e orientado a dados, promovendo a integração tecnológica, a transparência e a efetividade na prestação jurisdicional.



PILARES DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	
PILAR	OBJETIVO
PILAR I	Transformação digital de serviços
PILAR II	Integração de canais digitais
PILAR III	Interoperabilidade de sistemas
PILAR IV	Estratégia de monitoramento

Quadro 5: Pilares da Transformação Digital.

Fonte: (ENTIC-JUD) Resolução CNJ 370 de 2021.

2.7 Mapa Estratégico da SETIM

Ao integrar todos os artefatos acima, a SETIM traduz a estratégia por meio do Mapa Estratégico e cria um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores do Tribunal. O Mapa Estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da Secretaria em um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucional. O propósito do Mapa é definir, de modo claro e transparente, a todas as partes interessadas, o foco, a estratégia e a atuação escolhidos pela SETIM e a forma como suas ações impactam o alcance dos resultados desejados.

A Figura 5 apresenta na primeira coluna as perspectivas relacionadas, em linha, com os objetivos estratégicos.



Figura 5: Objetivos Estratégicos da SETIM.
Fonte: Elaborado pelo pessoal da SETIM (2021).



6 Ações

ID	OBJETIVO ESTRATÉGICO ENTIC JUD	ENSEC-PJ	PTD	UNIDADE	AÇÕES	DESCRÍÇÃO	METAS	PRAZO
PD.01	OE] Aumentar a satisfação dos usuários do sistema judiciário	OS. I	TDS.02	CSJUD	Novo Exaudi	Migrar a ferramenta Exaudi para Nova Plataforma QlikSense	40% em 2025 e 60% em 2026	15/12/2026
PD.02		-	TDS. 07	DMO	Sistema de Inteligência Artificial Athos (2ª Vice-Presidência)	Implantação de um Sistema de Inteligência Artificial, baseado na metodologia do sistema Athos, que possibilite o agrupamento de processos semelhantes e mapeamento de demandas repetitivas	100%	27/02/2026
PD.03		-	TDS13	DMO	Contratação de Empresa de Qualidade e Melhoria de Software	Contratar uma empresa de qualidade e melhoria de software (Q&A) para garantir que os sistemas atendam a rigorosos critérios de qualidade, segurança e performance antes da entrega.	100% (2026)	31/12/2026
PD.04		-	TDS.11	CSJUD	Otimização do PROJUDI	Desenvolver aplicação para migração dos arquivos do PROJUDI para Object Storage e migração de todos os dados otimizar processamento das 15 queries mais críticas da aplicação	100%	13/01/2026
PD.05		-	TDS.02		Atualização do PJe	Atualizar o PJe e implantar o sistema ALPHAJUS, expandindo os temas atualmente mapeados, inserindo novos temas e novas competências	100%	22/08/2025
PD.06		-	TDS.12	COATE	Nova Central de Serviço de TIC	Implantar uma nova solução da Central de Serviços de TIC	100%	02/09/2026
PD.07		-	TDS.12		Ferramenta da Central de Serviços	Atualizar a ferramenta de suporte para a Central de Serviços (ITSM). Projeto finalizado.	100%	30/04/2025
PD.08		-	TDS.12		Pesquisa de satisfação do Service Desk	Realizar duas edições da Pesquisa de Satisfação NPS (Net Promoter Score) padronizada	50% 2025 50% 2026	28/11/2025
PD.09		-	TDS.01	DIN	Audiência Inteligente	Disponibilizar uma solução integrada aos sistemas judiciais para captação, gravação, transcrição, indexação, resumo e armazenamento das audiências realizadas na prestação jurisdicional	100%	12/01/2026
PD.10		-	TDS.01	DIN	Evolução da solução de Audiência Inteligente	Ampliação da solução integrada aos sistemas judiciais para captação, gravação, transcrição, indexação, resumo e armazenamento das audiências, incorporando novas tecnologias para potencializar a automação	100% em 2026	31/12/2026

ID	OBJETIVO ESTRATÉGICO ENTIC JUD	ENSEC-PJ	PTD	UNIDADE	AÇÕES	Descrição	METAS	PRAZO
PD.11	OE2 Promover a transformação digital	OS.I	ICD.01	COATE	Implantar Plataforma OmniChannel	Implantação de uma plataforma integrada de serviço de atendimento	100% em 2026	20/12/2026
PD.12		OS.I	TDS.03	COATE	Prêmio HDI 2026	Implementar ações para alcançar a excelência no atendimento aos usuários, visando a conquista do Prêmio HDI 2026	100% em 2026	20/12/2026
PD.13		OS.I	TDS.02	COATE	Chatbot	Modernizar o atendimento via Chatbot para o público externo com implementação de um agente de IA generativa.	100% em 2026	31/03/2026
PD.14		-	TDS.12	COATE	Implantação de Base de Conhecimento	Tornar a Central de Serviços de TIC um centro de conhecimento e não apenas de atendimento	100% em 2026	31/12/2026
PD.15	DGT	-	TDS.13	DGT	Política de Transformação Digital (PoTD)	Revisar a Política de Transformação Digital	100%	30/09/2025
PD.16		-	TDS.13		Revisão do Plano de Transformação Digital	Revisar o PTD para 2025 - 2026 - criar políticas de uso e estabelecer um Programa de Governança de Tecnologia	100%	28/03/2025
PD.17		-	TDS.13		Divulgação do PTD	Divulgar o PTD para 2025 – 2026	100%	25/04/2025
PD.18	DMO	-	TDS.13	DMO	Licenças de ferramentas low-code	Capacitar e fornecer licenças de ferramentas low-code.	30% em 2025 e 70% em 2026	18/12/2026
PD.19		-	TDS.13		Programa de Transformação Digital	Executar as iniciativas do PTD focadas na modernização de sistemas e processos, melhorando a experiência do usuário.	25% em 2026 e 50% em 2027	31/12/2027
PD.20		-	TDS.01		Implantação do Sistema de Precatórios (Núcleo Precatórios)	Implantação e customização do sistema SAPRE, desenvolvido pelo TJMS e atualizado pelo TJDF, nos ambientes do TJBA com integração aos sistemas judiciais e administrativos e Banco de pagamento BRBJus	100%	17/04/2026
PD.21		-	TDS.10		Identificação de Demandas Repetitivas ou Predatórias	Implementar solução automatizada que monitore os novos processos protocolados nos sistemas judiciais com o objetivo de identificar indícios de demandas repetitivas ou predatórias	100% em 2026	20/12/2026



ID	OBJETIVO ESTRATÉGICO ENTIC JUD	ENSEC-PJ	PTD	UNIDADE	AÇÕES	DESCRÍÇÃO	METAS	PRAZO
PD.22	OE3 Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores	OS. I	TDS.12	DIN	Implantação de Ferramenta para Governança e Administração de Identidade (IGA)	Implementar ferramenta de IGA reduzindo os acessos não autorizados e garantindo rastreabilidade das identidades.	100%	16/12/2026
PD.23		-	IS.01		Orion	Desenvolver e implantar um módulo de gestão de relatórios de teletrabalho integrado ao sistema GPTJ.	100% em 2026	18/06/2026
PD.24	OE3 Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores	-	TDS.04	DGT	Plano Anual de Capacitação de TIC	Executar as iniciativas do Plano de Capacitação focadas nas competências digitais necessárias ao aperfeiçoamento dos colaboradores em 2025 e 2026	100% para 2025 100% para 2026	11/12/2025
PD.25	OE4 Buscar a inovação de forma colaborativa	-	TDS.02	DGT	Colaboração com outros órgãos do Poder Judiciário	Identificar iniciativas e ações inovadoras, que podem ser executadas em colaboração com outros órgãos do Poder Judiciário	100%	18/06/2025
PD.26		-	TDS.02	AxéLab	Colaboração com outros tribunais	Atuar em parceria com quatro órgãos do Poder Judiciário	50% para 2025 e 50% para 2026	30/12/2026
PD.27		-	TDS.02		Iniciativa de inovação colaborativa	Desenvolver quatro iniciativas de inovação colaborativa com órgãos do Poder Judiciário conveniados	2 iniciativas em 2025 e 2 iniciativas em 2026	30/12/2026
PD.28		-	TDS.02		Hackathon	Realizar dois eventos de hackathon, através de startups	1 evento em 2025 e 1 em 2026	28/05/2026
PD.29		-	TDS.02		Parceria com instituição acadêmica	Celebrar uma parceria com uma instituição acadêmica	100%	10/03/2025
PD.30		-	TDS.02		Parceria com HUB de inovação	Celebrar uma parceria com um HUB de inovação	100%	07/03/2025
PD.31	OE5 Aperfeiçoar a governança e a gestão	-	TDS.13	DMO	Implantação da Metodologia de Gestão Integrada	Definir e implantar um conjunto de processos e boas práticas para desenvolvimento de sistemas.	50% 2026 100% 2027	20/12/2027
PD.32		-	TDS.13		Programa de Gestão do Portfólio de Sistemas	Institucionalizar o processo de análise contínua do portfólio de sistemas (baseado no modelo TIME do Gartner) para subsidiar as decisões estratégicas de manter, atualizar, substituir ou desativar.	20% (2026) 40% (2027)	31/12/2026
PD.33		-	TDS.13	DGT	Metodologia OKR	Implantar a metodologia OKR no âmbito da SETIM	100%	11/12/2026



ID	OBJETIVO ESTRATÉGICO ENTIC JUD	ENSEC-PJ	PTD	UNIDADE	AÇÕES	Descrição	METAS	PRAZO
PD.34		-	TDS.13		Política de Governança de TIC	Implantar a Política de Governança de TIC	100%	26/03/2025
PD.35		-	TDS.13		Modelo de Governança de TIC	Implantar o modelo de Governança de TIC	100%	30/09/2025
PD.36	OE6 Aprimorar as aquisições e contratações	-	TDS.11	CPROM	Contratações de TIC	Executar as contratações de TIC previstas no Plano, para 2025 e 2026	100% em 2025 e 100% em 2026	18/12/2026
PD.37	OE7 Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados	OS.III	TDS.13	CGTIC	Auditoria da Política de Segurança da Informação	Realizar a auditoria da Política de Segurança da Informação	100%	03/03/2025
PD.38		OS.III	TDS.13		Política de Segurança da Informação	Revisar a Política de Segurança da Informação	100%	28/03/2025
PD.39		-	TDS.13	DMO	Estruturação do Escritório de Dados	Desenvolver e implementar a estrutura do Escritório de Dados no Tribunal de Justiça (Data Office) para centralizar a governança, qualidade, segurança e estratégia de uso dos dados em toda a instituição.	75% (2026) 100% (2027)	31/12/2026
PD.40		OS. I	TDS.12	DMO	Sistema de gerenciamento de perfis de usuários	Desenvolver um sistema para gerenciamento dos perfis de usuários	100%	12/05/2025
PD.41		OS.II	TDS.12	COTEC	Cibersegurança	Implantar controles que atendam a todos os requisitos da resolução 396 do CNJ	100%	02/06/2025



ID	OBJETIVO ESTRATÉGICO ENTIC JUD	ENSEC-PJ	PTD	UNIDADE	AÇÕES	Descrição	METAS	PRAZO
PD.42		OS.II	TDS.12		Autenticação Segura	Implementar mecanismo de autenticação segura com verificação em duas etapas, garantindo a proteção aprimorada dos dados e acessos dos usuários.	100%	08/06/2026
PD.43		OS.III	TDS.13	NSI	Plataforma de Conscientização de Segurança da Informação	Desenvolver a cultura de segurança da informação no âmbito das partes interessadas nos serviços de TIC	70% em 2025 e 30% em 2026	27/02/2025
PD.44	OE8 Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas	OS. I	TDS.06	CPROD	Potencialização da Rede Wi-Fi	Contratar a implantação de uma solução de Wi-Fi	100%	21/03/2025
PD.45		-	TDS.13	CPTIC	Modelagem dos processos de sistemas de informação	Realizar a modelagem e o mapeamento dos processos de negócio da área de sistemas de informação	100%	31/12/2025
PD.46		-	TDS.13	CGTIC	Metodologia de Desenvolvimento de Soluções (MDS)	Implantar a Metodologia de Desenvolvimento de Soluções baseada no CMMI	100%	18/06/2025
PD.47		-	TDS.02	CPTIC	e-PROC	Implantar o sistema de processo judicial eletrônico (ePROC) no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	30% em 2025 e 70% em 2026	04/02/2026
PD.48		-	TDS.12	DMO	Implantação de Software de Gestão Integrada	Adquirir e implantar uma ferramenta corporativa para dar suporte à Metodologia de Gestão Integrada, centralizando o controle de projetos, tarefas, demandas e indicadores da SETIM.	75% (2026) e 100% (2027)	31/12/2026
PD.49		OS.IV	TDS.06		Solução de Continuidade de TIC (Migração Sistemas Judiciais para Nuvem)	Aquisição e Implantação de uma solução de continuidade dos serviços essenciais de TIC	25% (2026) e 50% (2027)	30/01/2026
PD.50		-	IS.01	CSJUD	Integração PJe com STJ	Compartilhar os processos eletrônicos do TJBA com o STJ, por meio da integração com o Modelo Nacional de Interoperabilidade	100%	12/05/2025
PD.51		OS.I	TDS.02	COSIS	Sistema de Arrecadação (NAF)	Desenvolvimento e implantação do novo sistema de arrecadação do TJBA, utilizando como base os requisitos entregues pelo NAF	100%	17/04/2026
PD.52		-	TDS.04		Sistema de RH do TJBA - Estudo de viabilidade	Definir sobre a execução do desenvolvimento do novo sistema de RH do TJBA. Em processo de decisão.	100%	31/03/2026
PD.53		-	TDS.04		ERP Gestão - Módulo RH	Desenvolver e Implantar uma solução de Recursos Humanos	50% em 2026 e 50% em 2027	20/12/2027



ID	OBJETIVO ESTRATÉGICO ENTIC JUD	ENSEC-PJ	PTD	UNIDADE	AÇÕES	Descrição	METAS	PRAZO
PD.54	ENTIC JUD	-	IS.01		Sistema SEI	Implantar o SEI na infraestrutura do TJBA e desenvolver as integrações necessárias com os demais sistemas.	40% em 2025 e 60% em 2026	31/12/2026
PD.55		-	TDS.11		Sistema SIGMA	Configurar e implantar o sistema SIGMA para utilização no âmbito do TJBA. Projeto cancelado pela gestão.	40% em 2025 e 60% em 2026	23/03/2026
PD.56		-	TDS.12	CPTIC	ITIL 4 – 1ª Fase	Implantar práticas ITIL 4 que foram mapeadas para o TJBA	4 práticas em 2025	17/12/2025
PD.57		-	TDS.12		ITIL 4 – 2ª Fase	Implantar práticas ITIL 4 que foram mapeadas para o TJBA	11 práticas até 2027	17/12/2027
PD.58		OS.IV	TDS.06	COTEC	Migração do Psyche para a Nuvem	Migração dos dados armazenados no Psyche para a Nuvem utilizada pelo TJBA	100%	24/02/2026
PD.59		OS.IV	TDS.06		Site Backup (Data Center)	Contratar e instalar um novo data center no TJBA	40% em 2025 e 60% em 2026	21/10/2026
PD.60		-	TDS.06	CPROD	Depoimento Especial - 3ª Etapa	Realizar a contratação e instalação de equipamentos para audiências de Depoimento Especial nas comarcas definidas pela CIJ.	100%	16/04/2026
PD.61		OS.III	TDS.02		Observabilidade	Contratar e implantar uma solução de Observabilidade no datacenter do TJBA, bem como equipamentos de videowall inteligentes	100%	31/07/2025
PD.62		-	TDS.06		Roteadores para BGP (Protocolo de roteamento)	Garantir que a gestão e o controle do roteamento BGP esteja totalmente a cargo do TJBA em infraestrutura própria e redundante, suportando até 4 links de comunicação	0% em 2025 e 100% em 2026	06/10/2025
PD.63		OS.IV	TDS.06		Telefonia Digital	Migrar 724 linhas analógicas para um modelo híbrido VoIP/Analógico e implementar uma nova solução de VoIP e centrais telefônicas compatíveis com todas as unidades do TJ-BA.	100%	30/04/2026
PD.64		OS.IV	TDS.06	CPROD	Contratação e Implantação de Última Milha - Remessa	Implantar a última milha de remessa nas unidades judiciárias.	100%	22/01/2026
PD.65		OS.III	TDS.13	SETIM	PA-Auditoria	Acompanhar a implementação das ações propostas pela SETIM através do plano de ação, para atendimento das recomendações sugeridas no relatório da auditoria AUD-006/2024-OPE-CNF	70% em 2025 e 30% em 2026	09/06/2026



ID	OBJETIVO ESTRATÉGICO ENTIC JUD	ENSEC-PJ	PTD	UNIDADE	AÇÕES	Descrição	METAS	PRAZO
PD.66	Objetivo 2: Implementar soluções de tecnologia da informação para aprimorar a eficiência e a transparência no atendimento ao cidadão.	OS. II	TDS.13	CSJUD	Moreq-Jus	Elaborar guia orientador com diretrizes técnicas e operacionais para adequar os sistemas do TJBA às exigências da Resolução CNJ nº 522/2023, da Norma Técnica do Pronom-AN e do Programa Justiça 4.0, abrangendo metadados obrigatórios, interoperabilidade, preservação digital e tratamento de sistemas descontinuados.	20% em 2025 e 80% em 2026	13/10/2026
PD.67		OS. I	TDS.03	COSIS	Acessibilidade	Desenvolver e implantar o portal de acessibilidade e inclusão do NAI e da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) e adaptar os portais institucionais existentes com base em diagnóstico técnico, até março de 2026 garantindo conformidade com os marcos regulatórios e promovendo acessibilidade digital por meio de tecnologias assistivas.	30% em 2025 e 70% em 2026	16/12/2026
PD.68		-	TDS.11	COATE	Automação de serviços	Padronizar e integrar as automações dos serviços das áreas SETIM no ambiente do tribunal até agosto de 2027, por meio da criação de um sistema centralizado que utilize uma única tecnologia, visando a redução de custos e a eliminação de retrabalho das iniciativas automatizadas.	30% em 2025 e 70% em 2026	20/12/2026
PD.69		-	TDS.02	COSIS	e-NATJUS 4.0	Customizar e implementar o NatJus 4.0 como versão nacional, integrando-o ao PJe e a outros sistemas judiciais.	40% em 2025 e 60% em 2026	10/07/2026
PD.70		-	TDS.02	Núcleo de Ciência de Dados	Painel Gestão SEGESP	Desenvolver e implantar painel de gestão com as informações relacionadas ao Recursos Humanos até junho/2025.	100%	30/11/2025
PD.71		OS. I	TDS.05	COSIS	Novo Balcão Virtual	Customização da solução existente no Microsoft Office 365 para substituir a solução de Balcão Virtual existente atualmente no TJBA	100%	31/08/2026
PD.72		OS.IV	TDS.02	CPROD	Serviço de Transmissão e Indexação do 2º GRAU	Implantar a transição, até abril de 2026, de novo contrato para o serviço transmissão ao vivo, indexação, transcrição, edição e inclusão do vídeo do intérprete de Libras e gravação das sessões do 2º grau, substituindo integralmente os equipamentos e sistemas de seis salas, garantindo continuidade e modernização dos serviços prestados. Atualmente o projeto passa por manutenção do objeto contratual.	40% em 2025 e 60% em 2026	22/07/2026



ID	OBJETIVO ESTRATÉGICO ENTIC JUD	ENSEC-PJ	PTD	UNIDADE	AÇÕES	DESCRÍÇÃO	METAS	PRAZO
PD.73	COATE	OS.III	TDS.11	COATE	Automação do Sistema de Gestão de Serviços de TI	Projeto de Automação do Sistema de Gestão de Serviços de TI para redução de custos operacionais e otimizar o processo	redução ≥ 30% do volume de chamados até 2026	31/12/2026
PD.74		OS.III	TDS.02		Portal Service Desk - Atualizações	Aplicação de técnicas de design thinking para cocriação, junto aos usuários, de novas funcionalidades para o Portal Service Desk	100% em 2026	31/12/2026
PD.75		OS.III	TDS.02		Novo CIC – Sistema de Controle Interno	Sistema de Controle interno com integrações entre sistemas.	100% em 2026	01/12/2026
PD.76		-	TDS.07		Hiperautomação na Central de Serviços	Implantar modelo de hiperautomação e IA na Central de Serviços	≥ 60% dos atendimentos automatizados até 2027	31/12/2027
PD.77		-	TDS.10	DMO	Identificação de Demandas Repetitivas ou Predatórias	Implementar solução automatizada que monitore os novos processos protocolados nos sistemas judiciais com o objetivo de identificar indícios de demandas repetitivas ou predatórias	100% em 2026	20/12/2026

Quadro 6: Ações do Plano Diretor de TIC.

Fonte: Elaborado pelo pessoal da SETIM (2025).



7 Capacitação dos Servidores da SETIM

Com o objetivo de viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e fortalecer a gestão de competências no âmbito da SETIM, é elaborado, a cada ano, o Plano de Capacitação de TIC (PCTIC), em conformidade com a Política de Capacitação de TIC vigente para os servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM).

O PCTIC constitui um instrumento complementar de planejamento que detalha as ações de capacitação técnica, gerencial e comportamental necessárias ao desenvolvimento das competências essenciais para a execução deste PDTIC 2025-2026.

O Plano de Capacitação de TIC (PCTIC) assegura a coerência entre as ações de capacitação técnica específicas de TIC e as políticas institucionais de gestão de pessoas. Essa articulação garante que os investimentos em formação e aperfeiçoamento profissional estejam alinhados às necessidades estratégicas da SETIM e às competências organizacionais críticas para a modernização tecnológica do TJBA.

Adicionalmente, o PCTIC contempla indicadores de desempenho e maturidade em governança de TIC, permitindo o acompanhamento da efetividade das capacitações e a mensuração do impacto dos programas de desenvolvimento sobre os resultados institucionais. Dessa forma, contribui para o fortalecimento contínuo da governança de TIC, em conformidade com as boas práticas da ISO/IEC 38500 e das diretrizes da ENTIC-JUD 2021-2026.



8 Contratações de TIC

As contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do TJBA são definidas em estrito alinhamento com este PDTIC 2025–2026, com o Plano Estratégico Institucional do TJBA 2021–2026 e com as diretrizes da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (ENPJ) e da ENTIC-JUD 2021–2026, em conformidade com o disposto no art. 4º da Resolução CNJ nº 468, de 7 de dezembro de 2022.

O Plano Anual de Contratações de TIC (PAC-TIC) foi elaborado pela SETIM, observando os princípios do planejamento prévio, eficiência e economicidade, e guardando referência com as ações relacionadas no PDTIC, de modo que as contratações previstas no PAC-TIC decorrem das necessidades identificadas de bens e serviços de TIC indispensáveis à implementação dos objetivos estratégicos, à execução das iniciativas previstas no Plano de Gestão 2024–2026 e ao desenvolvimento dos projetos e ações elencados neste PDTIC 2025–2026. Esta estratégia visa assegurar a adequada alocação de recursos e o fortalecimento da governança de contratações no âmbito da SETIM.



9 Indicadores e Monitoramento

O monitoramento da execução do PDTIC será realizado de forma sistemática e contínua, mediante a avaliação das entregas das ações estratégicas previstas neste documento (vide Capítulo 6).

O processo de monitoramento tem por finalidade avaliar o grau de contribuição das iniciativas e ações para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos, permitindo identificar avanços, desvios e oportunidades de melhoria.

Os resultados do monitoramento serão consolidados em relatórios gerenciais apresentados mensalmente, os quais contemplam o status atualizado das ações (em execução, concluídas, canceladas ou priorizadas), bem como as respectivas justificativas e deliberações registradas pelas instâncias competentes de governança. Esses relatórios constituem instrumentos de apoio à tomada de decisão e ao aperfeiçoamento contínuo da gestão de TIC, assegurando a transparência, a rastreabilidade e a aderência às diretrizes de governança estabelecidas pelo CNJ.

Os dados do monitoramento também são essenciais para atualização dos artefatos de gestão como o PDTIC, PDA e PTD em suas revisões e mudanças de versão, de forma a demonstrar a execução das iniciativas e ações.



10 Gestão de Riscos

O processo de gestão de riscos do PDTIC 2025–2026 tem por finalidade identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos associados à execução deste Plano, integrando-se de forma orgânica ao processo de monitoramento e governança de TIC do TJBA.

A metodologia adotada segue as diretrizes estabelecidas no Manual de Gestão de Riscos Corporativos do TJBA, elaborado pela Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), o qual define a estrutura conceitual e os parâmetros institucionais de gestão de riscos, contemplando a matriz de probabilidade, a matriz de impacto e os níveis de exposição ao risco.

Para a avaliação da probabilidade de ocorrência, a metodologia utiliza uma escala qualitativa de probabilidade, que varia de “Raro” a “Quase Certo”, fundamentada em análises históricas de frequência de eventos similares. Essa escala é complementada por intervalos percentuais de referência e pesos numéricos graduados, empregados no cálculo da severidade do risco, permitindo a mensuração objetiva da exposição e da criticidade.

De forma análoga, são definidos critérios padronizados de impacto ou dano associados à materialização de cada risco, os quais consideram as possíveis consequências sobre os objetivos estratégicos, os prazos, os custos, a qualidade das entregas e a conformidade normativa.

A combinação entre probabilidade e impacto resulta na classificação do nível de risco (baixo, médio, alto ou extremo), orientando a definição das ações de mitigação, tratamento e monitoramento contínuo sob a supervisão das instâncias de governança de TIC (CGOV-TIC e CGTIC).

As definições e parâmetros referentes à probabilidade, ao impacto e aos níveis de risco adotados neste Plano estão descritos no Manual de Gestão de Riscos Corporativos do TJBA, bem como em sua documentação complementar e correlata.

Esse conjunto normativo estabelece as bases conceituais e metodológicas para a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, assegurando a padronização dos critérios institucionais e a coerência entre a gestão de riscos de TIC e a gestão de riscos corporativos do Tribunal.

7.1 Fatores de Riscos do PDTIC

O PDTIC 2025-2026 identifica e consolida os principais fatores de risco associados à execução das iniciativas e ações estratégicas nele previstas, considerando aspectos de governança, gestão, segurança da informação, recursos humanos e contratações de TIC.

As definições, classificações e metodologias de avaliação referentes à probabilidade, impacto e níveis de risco seguem as diretrizes estabelecidas no Manual de Gestão de Riscos Corporativos do TJBA.

O detalhamento, tratamento e monitoramento individualizado dos riscos identificados neste PDTIC estão desenvolvidos e documentados no Plano de Gestão de Riscos de TIC vigente, instrumento complementar que orientará as ações de mitigação e acompanhamento contínuo dos riscos institucionais e tecnológicos.

Alguns riscos relevantes já foram identificados no Plano de Gestão de Riscos do TJBA e integrados ao PDTIC, enquanto outros, de natureza mais específica e diretamente relacionados à área de Tecnologia da Informação e Comunicação, foram propostos neste PDTIC para avaliação e possível inclusão pela equipe responsável, considerando que o referido Plano de Riscos se encontra em processo de revisão e atualização, sendo oportuna a inclusão de novos riscos identificados.

Id	RISCOS	CAUSAS	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO DE MITIGAÇÃO
1	Ausência de planejamento de demandas das áreas do TJBA.	Falta de processo estruturado de priorização	8	10	Iniciar elaboração do PDTIC ao início do ciclo de gestão
2	Deficiência de especificação de demandas pelas áreas do TJBA.	Insuficiência de conhecimento técnico para detalhamento adequado das solicitações	8	10	Apoiar na elaboração da demanda
3	Ausência de priorização, ou incorreção de priorização dos projetos.	Baixa adesão na definição conjunta do portfólio	5	7	Submeter à Comissão Especial de Governança de TIC

RISCO_52	Ineficiência na capacitação de pessoal	Documentação e processos desatualizados	2	8	Executar Plano de Capacitação dos Servidores de TIC
5	Não renovação de contratos de serviços.	Processos de contratação não iniciados em tempo hábil ou ausência de recursos	10	10	Iniciar processo de renovação com 120 dias de antecedência do encerramento do contrato
RISCO_84	Esgotamento do orçamento do contrato	Planejamento mal elaborado do contrato.	10	10	Submeter à Comissão Especial de Governança de TIC
7	Suspensão ou atraso de licitações.	Falhas documentais, impugnações ou baixa participação de fornecedores	10	10	Prorrogar execução de projetos
8	Frequentes alterações de escopo de demandas.	Falta de clareza inicial nos requisitos ou mudanças constantes	5	7	Investir no planejamento do projeto
9	Falta de comprometimento da alta gestão no cumprimento do PDTIC.	Mudanças de prioridades institucionais	5	7	Submeter à Comissão Especial de Governança de TIC
10	Ausência de monitoramento eficiente do PDTIC.	Falta de processos estruturados ou indicadores consolidados	5	7	Alocar recurso contratado (terceirizar)
11	Redução da equipe de atendimento às demandas.	Diminuição do quadro de pessoal por desligamentos	8	10	Alocar recurso contratado (terceirizar)
12	Falta de comprometimento do	Ausência de fornecimento de	5	7	Submeter o cancelamento do projeto à Comissão Especial de Governança de TIC



	demandante no atendimento da SETIM	informações, validações ou retornos necessários ao andamento das demandas			
13	Revisão constante da priorização de demandas	Alterações no direcionamento estratégico	8	10	Submeter à Comissão Especial de Governança de TIC
14	Implementação de novas tecnologias sem capacitação prévia da equipe	Ausência de planejamento de capacitação	8	10	Alocar recurso contratado (terceirizar)

Quadro 7: Fatores de Riscos do PDTIC.
Fonte: Elaborado pelo pessoal da SETIM (2025).



8 Considerações Finais

O PDTIC configura-se como um instrumento estratégico de governança e gestão, estabelecendo a conexão direta entre as iniciativas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e os objetivos estratégicos institucionais do Tribunal.

A implementação das ações e projetos previstos neste plano é determinante para a modernização dos serviços judiciais, o aprimoramento da eficiência operacional, o fortalecimento da segurança da informação e a consolidação da governança e da gestão de TIC no âmbito do Poder Judiciário baiano.

Ao mesmo tempo, o PDTIC reafirma o compromisso institucional do TJBA com a inovação e a transformação digital, pilares fundamentais para promover uma Justiça mais célere, transparente, inclusiva e orientada ao cidadão.

O êxito deste Plano dependerá do engajamento e comprometimento de todas as unidades envolvidas, bem como da adoção de práticas de monitoramento contínuo que permitam avaliar o desempenho, mensurar resultados e identificar oportunidades de melhoria.

A revisão periódica, aliada à maturidade crescente em governança de TIC, garantirá que o PDTIC permaneça atualizado, efetivo e alinhado às prioridades estratégicas do TJBA e às diretrizes nacionais do CNJ, consolidando a tecnologia como vetor de transformação institucional e de entrega de valor público à sociedade.

A revisão deste PDTIC 2025–2026 será realizada periodicamente, ao menos uma vez por semestre, ou sempre que alterações nas diretrizes estratégicas do CNJ ou do TJBA justificarem sua atualização.

Por fim, estão previstas revisões de ajuste orçamentário nos meses de março e julho, com vistas a assegurar a compatibilização do planejamento de TIC ao Plano Anual de Contratações do TJBA (PAC-TJBA) e à execução orçamentária vigente.